

NOTA DOS ORGANIZADORES

É com imenso prazer que a Corregedoria Nacional apresenta o IV Volume da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional, o último deste primeiro ciclo de existência da Revista, que coincide com o fim do mandato do corregedor nacional, Dr. Cláudio Henrique Portela do Rego.

A temática do IV Volume é “A Atuação das Corregedorias na Avaliação da Efetividade do Ministério Público” e consubstancia um importante horizonte de desenvolvimento e debate para a atuação das Corregedorias do Ministério Público brasileiro.

Forte na ideia de que a atuação funcional do Ministério Público não pode ser meramente burocrática e formal, mas que deve promover uma efetiva transformação da realidade de nosso país, chega-se invariavelmente à conclusão de que a atuação da Corregedoria deve ser também norteadas por horizonte orientativo e fiscalizador, também, dos aspectos materiais e de efetividade da atuação da Instituição.

Inspirados por essa perspectiva, foram apresentadas nesta edição as seguintes contribuições: 1) A Função Orientadora das Corregedorias Ministeriais na Concretização Dialógica dos Direitos Humanos (Sandoval Alves da Silva); 2) Modelagem de Atuação Institucional como Critério Avaliativo: Aspectos Gerais (Jairo Cruz Moreira e Cássio Henrique Afonso da Silva); 3) O Papel das Corregedorias e os Processos Estruturais (Sérgio Cruz Arenhart); 4) Desafios e Soluções para a Efetividade da Atuação do Ministério Público e a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva (Alexandre Amaral Gavronski); 5) Pressupostos Lógicos e Jurídicos para uma Adequada Atuação Avaliativa das Corregedorias quanto ao Papel do Ministério Público no Processo de Fiscalização de Políticas Públicas de Tutela de Direitos Fundamentais Sociais (Prestacionais) (Luciano Coelho Ávila); 6) Ponderações sobre o Princípio da Eficiência Administrativa e a Atuação das Corregedorias (Marcelo José de Guimarães e Moraes); 7) Perspectivas para uma Avaliação pelas Corregedorias das Escolas Institucionais do Ministério Público Brasileiro: um Olhar sobre a Pesquisa Avaliativa da Política de Formação Educacional (Ana Teresa Silva de Freitas); 8) Atuação Estratégica do Núcleo de Correição e Inspeção da Corregedoria Nacional e a Carta de Brasília (Ludmila Reis Brito Lopes, Maria Clara Mendonça Perim e Mariano Paganini Lauria); 9) Atuação Fiscalizadora das Corregedorias do Ministério Público – Indicadores de Resultados na Atuação do Ministério Público (Eduardo Antônio Codo Santos); 10) O Ministério Público, a “Carta de Brasília” e a Resolução Consensual de Conflitos (Luciano Luz Badini); 11) A Avaliação da Efetividade da Atuação do Ministério Público através de Projetos Sociais (Paulo Cesar Vicente de Lima); 12) Corregedorias e a Atuação do Ministério Público na Tutela Coletiva (Elton Venturi); 13) Ministério Público Resolutivo e Formação Inicial dos Promotores de Justiça (Eduardo Cambi, Leonora Simone Lucchese Piovesan, Tania Teresinha Bruns Zimer e Tania Stoltz); 14) Defesa Estratégica da Probidade Administrativa – uma Reflexão Prévia, sob a Perspectiva do Ministério Público Resolutivo, para a Definição de Indicadores de Efetividade (Daniel Serra Azul Guimarães); 15) Metodologia Avaliativa do Estágio Probatório

na Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais: Evolução e Desafios (Gregório Assagra de Almeida, Paulo Roberto Moreira Cançado, Fabíola de Sousa Cardoso); 16) Dados Empíricos e Planejamento Estratégico como Suporte à Atuação das Corregedorias-Gerais do Ministério Público – Estudo de Caso a partir de uma Nova Visão do Princípio da Independência Funcional (Cássio Henrique Afonso da Silva); 17) Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Apoio à Atividade Correicional: Uma Análise Teórica da Não Publicização pelo Ministério Público Pernambucano (Gean Carlos Guimarães Gomes); 18) Como Tornar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Exequível? (Luciana Lepri e Harrysson Luiz da Silva). Como experiência internacional, a Revista traz o seguinte artigo Heike Gramckow: “Development and Use of Prosecutorial Performance Measures in the US”. O comentário de jurisprudência é feito por Flávia Cristina de Oliveira Santos, no artigo “A Natureza Administrativa do Ato de Vitaliciamento do Membro do MP e a Possibilidade de Revisão pelo CNMP”. Como casos práticos, a revista compartilha o Ato CGMP nº 3, de 3 de março de 2017 (CG/MPMG) e a Recomendação nº 001/2016 (CG/MPAM).

Como encerramento deste ciclo, os organizadores da Revista gostariam de agradecer o incentivo e apoio do corregedor nacional, Dr. Cláudio Henrique Portela do Rego, assim como de todas as pessoas que colaboraram com a Revista, seja apresentando artigos, seja auxiliando em cada uma das etapas que constituem um caminho, muitas vezes complexo, de se publicar uma revista institucional de âmbito nacional.

GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA

RODRIGO LEITE FERREIRA CABRAL

MARCELO PEDROSO GOULART

LENNA LUCIANA NUNES DAHER